A LITERATURA LÉSBICA DE CASSANDRA RIOS: UM DIÁLOGO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E A LITERATURA D'A ESCRITORA MALDITA NA APROPRIAÇÃO DO MUNDO PELOS SUJEITOS.

Thiago Rodrigues da Rocha. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp - Câmpus de Marília. thiago.r.rocha@unesp.br

Eixo Temático: Práticas Pedagógicas

CASSANDRA RIOS'S LESBIAN LITERATURE: A DIALOGUE BETWEEN POPULAR EDUCATION AND THE LITERATURE OF THE "CURSED WRITER" IN THE PROCESS BY WHICH SUBJECTS APPROPRIATE THE WORLD

Resumo: Cassandra Rios ficou conhecida como "A escritora maldita" pela ditadura militar brasileira em razão da alta popularidade de sua literatura abertamente lésbica em um contexto sócio-político de opressão e perseguição à identidades sexuais dissidentes. Dessa forma, a presente pesquisa toma a obra "A Serpente e a Flor", de Cassandra Rios como objeto para leitura e discussão mediada acerca da história dos movimentos de resistência lésbica durante o regime militar e do papel da literatura enquanto ferramenta crítica de manifestação e apropriação do mundo pelos sujeitos com os alunos do Cursinho Alternativo da Unesp de Marília (CAUM). Nesse sentido, através da perspectiva histórico-crítica proposta por Dermeval Saviani, tomamos a educação popular como ponto de partida para compreensão das possibilidades do processo pedagógico no enfrentamento e/ou continuidade dos discursos hegemônicos de apagamento da história de movimentos sociais e das ferramentas de humanização dos sujeitos em sala de aula. Ao final do estudo, evidencia-se que os processos de censura e desumanização da ditadura militar ainda se fazem presentes no processo formativo da juventude através do modelo educativo neoliberal, que retira do estudante sua capacidade crítica de apropriação da realidade material ao qual está situado e a construção de referenciais histórico-políticos intrínsecos ao processo formador da identidade LGBT+ brasileira através da continuidade da censura social de determinadas literaturas.
Palavras-chave: Cassandra Rios; Literatura lésbica; Educação popular.

Abstract: Cassandra Rios became known as the "Cursed Writer" under the Brazilian military dictatorship due to the widespread popularity of her openly lesbian literature within a socio-political context marked by oppression and the persecution of dissident sexual identities. Accordingly, this study takes Cassandra Rios's novel *The Serpent and the Flower* (*A Serpente e a Flor*) as its object of analysis in order to promote a mediated reading and discussion of the history of lesbian resistance movements during the military regime, as well as of the role of literature as a critical tool through which subjects express themselves and appropriate the world. This pedagogical experience was conducted with students from the *Cursinho Alternativo da Unesp de Marília* (CAUM). From the historical-critical pedagogical perspective proposed by Dermeval Saviani, popular education is adopted as the starting point for understanding the possibilities of the pedagogical process in either confronting or reproducing hegemonic discourses that erase the history of social movements and undermine the humanizing potential of educational practices in the classroom. The findings indicate that the processes of censorship and dehumanization

characteristic of the Brazilian military dictatorship continue to shape the educational experiences of contemporary youth through the neoliberal educational model, which deprives students of their critical capacity to appropriate the material reality in which they are situated and hinders the construction of historical and political reference points that are intrinsic to the formation of Brazilian LGBT+ identity through the ongoing social censorship of particular literary works.
Key words: Cassandra Rios; Lesbian Literature; Popular education.

1. INTRODUÇÃO

Pseudônimo mais conhecido da paulistana Odete Pérez Rios (1931-2002), Cassandra Rios conferiu a Odete o pioneirismo da escrita feminina provocativa, erótica e abertamente lésbica brasileira ao explorar em seus textos a sexualidade e liberdade sexual feminina enquanto ferramentas de subversão ao modelo patriarcal cisheterossexual em momentos sócio-políticos de grande repressão e perseguição da história brasileira. Tendo estado a maior parte da vida sob regimes políticos autoritários, historicamente estabelecidos entre 1937 e 1945, sob o Estado Novo e entre 1964 e 1981, sob a Ditadura civil militar, a literatura lésbica de Cassandra Rios representa, para além do pioneirismo na exploração literária da sexualidade feminina, a utilização da literatura enquanto mecanismo de registro histórico simbólico de disputas sócio-políticas, bem como manifestação e resistência a tais disputas, representadas por projetos políticos sistematicamente atuantes na perseguição e silenciamento de ideais contrários aos projetos de nação defendidos hegemonicamente.

Cassandra, "cujo nome significa 'aquela que embaraça os homens'" (Mills, 1989, p.40 apud Macedo e Amaral, 2005, p. 14), faz referência à profetisa infalível da mitologia grega que, segundo Homero, é amaldiçoada pelo deus Apolo a ter suas visões veementemente desacreditadas e a ser considerada louca pela população troiana após se recusar a manter relações sexuais com a divindade (Macedo e Amaral, 2005)

> [...] a beleza de Cassandra era tal que Apolo se apaixonou por ela e lhe prometeu o dom da profecia, caso ela cedesse aos seus desejos. Ela aceitou a proposta, mas, após ter sido ensinada, esquiva-se ao deus. Como o seu amor não foi correspondido, Apolo, zangado, vinga-se, cuspindo-lhe na boca, retirando-lhe o dom da persuasão, pelo que ninguém acreditará nas suas profecias, que são verdadeiras. (Macedo e Amaral, 2005, p.14)

"Cassandra [...] é, de facto, um símbolo da recusa patriarcal em confiar nas palavras das mulheres" (Macedo e Amaral, 2005, p. 16) e, paralelamente à Cassandra mitológica, Rios produziu na literatura, através de suas protagonistas lésbicas abertamente conscientes de sua orientação sexual e do espaço ao qual determinadas instituições sociais como casamento e família destinam à corpos femininos, uma denúncia e ruptura do que vinha sendo até então produzido

social e artisticamente no Brasil, sobretudo por homens, na medida em que "se permitiu escrever como [eles] já podiam escrever [...] sobre a sexualidade de forma direta, sem pejo, sem escolher as palavras" (Moira, 2026). No entanto, semelhante ao destino da personagem troiana, a escritora também sofreu as consequências de não se curvar aos desejos dos homens de sua época, e, embora tenha conquistado a marca de a primeira mulher brasileira a atingir um milhão de exemplares vendidos e a única a viver exclusivamente da renda de sua produção literária na época e "mesmo entre os homens, só Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos a [acompanhavam]" (Ribeiro, 1970, p.116), foi duramente reprimida pelo Estado, sobretudo na Ditadura civil militar de 1964, devido ao teor de sua literatura, sendo perseguida, presa e tendo boa parte de sua produção literária censurada, além de denominada pelos censores, entre diversos outros epítetos que desqualificavam sua literatura, de "A escritora maldita" (Trevisan, 2000, p. 264 e 265). Segundo o jornalista João Silvério Trevisan,

> [...] na década de 1970 Cassandra Rios chegou a vender por ano 300 mil exemplares de seus livros – e teve algumas obras adaptadas para o cinema [...] sofreu forte censura sob a ditadura militar de 1964, tendo proibida a quase totalidade dos seus numerosos romances (mais de cinquenta títulos). Motivo alegado: pornografia. Mas o fato mais significativo, e pouco comum na literatura brasileira até então, é que o elemento pornográfico em Cassandra Rios tinha uma nuance particular: a homossexualidade feminina, que caracterizava muitas das suas personagens (Trevisan, 2000, p. 264)

Nesse sentido, Odete se faz Cassandra ao, através de uma literatura provocativa e delatora, se apropriar da realidade material calcada na preservação sistemática da "moral e dos bons costumes" (Brasil, 1970) para construir protagonistas assumidamente lésbicas renunciando o papel social feminino imposto pela cultura patriarcal e ser reprimida por tal produção artística. Dessa forma, através de uma literatura que se apropria da realidade material que a envolve, Rios se utiliza da linguagem ficcional não somente para provocar e denunciar o papel social da mulher, e sobretudo da mulher lésbica, na sociedade brasileira, mas também para produzir imaginários possíveis para identidades sexuais dissidentes em um contexto sócio-político repressor, ainda que isso a transforme em um mito, manchete de jornal e passe a ser procurada pela Delegacia de Costumes e incriminada por um "processo em que se pedia a proibição de todos os seus livros e onde ela era acusada de várias coisas, principalmente ultraje público ao pudor" (Ribeiro, 1970, p. 120).

Dessa forma, é sobre tal capacidade crítica encontrada na literatura de Cassandra Rios que a presente pesquisa se apoia, realizando uma reflexão inicial sobre as possibilidades da literatura enquanto ferramenta pedagógica de humanização dos sujeitos em sala de aula, na medida em que

incentiva, por meio da linguagem, o reconhecimento de tais indivíduos enquanto participantes do processo histórico de transformação crítica da realidade material ao qual estão inseridos. Para tanto, através da perspectiva histórico-crítica de Dermeval Saviani, realizou-se em conjunto com os alunos do Cursinho Alternativo da Unesp de Marília (CAUM), a leitura e discussão do texto "A serpente e a flor" (Rios, 1972), publicado originalmente em 1965 e censurado em 1976 quando em sua terceira edição sob a alegação de "não contribuir para melhorar a literatura brasileira", além de tratar de temas comuns nas obras da autora, como desajuste social, exploração da pessoa humana e "a instabilidade emocional por escopo e o lesbianismo como acessório" (Holanda, 2020, p.112), para compreensão do papel da educação popular no resgate das possibilidades da literatura enquanto ferramenta pedagógica de humanização dos sujeitos frente ao modelo neoliberal de educação que promove, sobretudo através da plataformização do ensino, uma prática pedagógica alicerçada na continuidade dos discursos hegemônicos de apagamento histórico de movimentos sociais e dos processos histórico-políticos de resistência e formação de identidades dissidentes.

2. A LITERATURA LÉSBICA DE CASSANDRA RIOS COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Em "A serpente e a flor" (Rios, 1972), publicado originalmente em 1965 e censurado sob a alegação de "não contribuir para melhorar a literatura brasileira", além de tratar de temas comuns nas obras da autora, como desajuste social, exploração da pessoa humana e "a instabilidade emocional por escopo e o lesbianismo como acessório" (Holanda, 2020, p.112), Cassandra Rios se utiliza de elementos da literatura gótica para construir, nos anos iniciais da Ditadura civil militar de 1964, a história de Renata, uma mulher consciente de sua orientação sexual lésbica que renuncia, momentos antes de subir ao altar, ao casamento arranjado com Eduardo, isolando-se em um casarão abandonado em ruínas pela família até conhecer Mirtza com quem passa a desenvolver uma relação afetivo-sexual em meio a mistérios, intrigas e revelações sobre o passado da própria família.

> a protagonista Renata [...] foge da família e do noivo Eduardo no dia em que deveria ser celebrado seu casamento, arranjado com o intuito de produzir herdeiro(s), manter a posição social – de certa forma aristocrática – e o poder proporcionado pelo privilégio econômico das duas famílias [...] Temos como protagonista uma mulher lésbica consciente da condição que lhe é socialmente imposta, tentando escapar não de um interior confinante, mas de uma estrutura familiar heteronormativa e androcêntrica constituída pela reverberação de um patriarcado colonial fantasmagoricamente presente até os dias de hoje (Jardim, 2022, p.72)

Três elementos que envolvem “A serpente e a flor” nos são interessantes para atingir o objetivo proposto na presente pesquisa: a utilização de elementos da literatura gótica para construção de uma narrativa LGBT+; a falta de contribuição da obra para melhoria da literatura brasileira enquanto principal justificativa para censura; e, por fim, o apagamento histórico tanto da obra quanto da autora que não se findou com a abertura política a partir do processo de democratização em 1985.

Em primeiro lugar, a presença do gótico em “A serpente e a flor” é bem explorada na dissertação de Jardim (2022) na qual a pesquisadora investiga as maneiras pelas quais Rios se apropria da tríade gótica: *locus horribilis*, existência de personagem monstruosa e a presença fantasmagórica do passado, para traçar uma narrativa crítica e delatora da condição feminina na sociedade brasileira e a negociação da existência lésbica na sociedade heteronormativa. Nesse sentido, elementos como o casarão abandonado em ruínas, a protagonista na condição social de monstro em razão de sua orientação sexual e as instituições sociais da família e casamento, associados ao patriarcado e a heteronormatividade, enquanto presenças fantasmagóricas, entre outros elementos relacionados à violência iminente, ocorrências sobrenaturais e exploração da dualidade das relações humanas são tomados por empréstimo da literatura gótica e explorados em Rios para expor a realidade material de marginalidade e repressão destinada à identidades dissidentes, no caso de Cassandra, especialmente identidades lésbicas.

> O Gótico se adequava e ainda se adequa ao propósito das escritoras de dar voz à condição “feminina”, de ser o “estranho”, o “outro” para a “sociedade masculina” e de criticar e expor a opressão exercida pelas estruturas patriarcais heteronormativas [...] convenções Góticas podem se tornar um veículo para representar a natureza transgressora da existência lésbica na sociedade androcêntrica heteronormativa e de sua representação como criatura monstruosa, ininteligível e indescritível ou como vivência à margem, clandestina da história, invisibilizada pela própria cultura e configurada como “presença sombria” / aparição “fantasmagórica" (Jardim, 2022, p.11 e 12)

A partir da dissertação de Jardim (2022), caminhamos em contestação à principal justificativa dada pelos censores da Ditadura civil militar brasileira de 1964 em relação à obra “A serpente e a flor”, segundo a qual não contribuiria para a melhoria da literatura brasileira (Holanda, 2020). A obra objeto da presente pesquisa não representa uma exceção na recepção da produção literária de Cassandra Rios pelo regime militar, mas uma regra: a maior parte da literatura da autora passou pelo processo de censura e, invariavelmente, pela mesma justificativa, tendo mais de 50 títulos proibidos de circulação na década de 1970 em razão do elemento pornográfico de suas obras, elemento este que aparecia com uma nuance particular, a da homossexualidade feminina em um governo autoritário que sistematicamente reprimia a livre

manifestação de identidades dissidentes (Trevisan, 2000). Tal processo de censura conferiu a Rios o status de escritora mais censurada do Brasil, o apelido de “escritora maldita” pelo regime militar e um processo de apagamento histórico de sua persona e produção cultural que persiste mesmo após o fim da ditadura e do processo de democratização política em 1985 (Jardim, 2022).

> Das inúmeras publicações da “autora que produziu intensamente, por mais de quatro décadas [...]” (Castro, 2011, p.57 apud Jardim, 2022, p.53), [...] restam pouquíssimas reedições e escassos exemplares disponíveis em sebos – sobreviventes da verdadeira “caça às bruxas” à qual tanto Cassandra quanto sua obra foram submetidas (Jardim, 2022, p.53)

Nesse sentido, analisando a obra não somente a partir de seus elementos técnicos, mas em sua completude, situando-a histórica-criticamente, notamos sua importância para a literatura e história brasileira, na medida em que pode ser entendida enquanto um retrato das disputas de poder existentes na sociedade brasileira da década de 1970, transpostas não somente de forma fictícia a partir do enredo, mas também de forma real a partir dos processos de censura que afetaram tanto a obra quanto a autora pelos temas trabalhados. Dessa forma, por meio desses três elementos encontrados em “A serpente e a flor” de Cassandra Rios, justificamos sua escolha como objeto para leitura e discussão mediada acerca da história dos movimentos de resistência lésbica durante o regime militar e do papel da literatura enquanto ferramenta crítica de manifestação e apropriação do mundo pelos sujeitos com os alunos do Cursinho Alternativo da Unesp de Marília (CAUM), partindo da justificativa encontrada pelos censores e questionando os alunos acerca de uma possível contribuição da literatura de Rios para a literatura e história brasileira. Outrossim, a partir de tal leitura e discussão, realizada como parte das atividades promovidas durante o mês do orgulho LGBT+ de 2026 pelo cursinho popular, objetivamos, sobretudo, identificar, entre os alunos do CAUM, o reconhecimento da literatura e história de Cassandra Rios, bem como dos processos histórico-políticos brasileiros de formação da identidade LGBT+ e suas referências de história do movimento LGBT+. Para tanto, o grupo focal foi mediado a partir de três momentos fundamentais: apresentação da autora e da obra escolhida para leitura; discussão dos mecanismos de dominação, vigilância e disciplina empregados pelo regime militar na repressão de corpos dissidentes; e, por fim, discussão das formas de utilização da literatura pelo movimento lésbico enquanto ferramenta de organização e resistência à repressão estatal. Dessa forma, intentou-se não apenas a análise narrativa da obra, mas sobretudo a sua importância enquanto literatura e ferramenta crítica de manifestação, resistência e apropriação do mundo por sujeitas lésbicas em um contexto sócio-político de perseguição.

A partir dos resultados obtidos por meio da realização do grupo focal com alunos do cursinho popular, dois apontamentos se sobressaem em relação aos objetivos pretendidos. Em primeiro lugar, em relação à literatura enquanto ferramenta de manifestação política dos indivíduos e da apropriação que estes fazem da realidade material em que participam histórico-criticamente, os alunos participantes demonstraram, principalmente enquanto leitores e, em maioria, participantes da comunidade LGBT+, como a literatura foi fundamental para processos de autoconhecimento e autopercepção de suas identidades, subjetividades e lugar no mundo, de tal forma que, encontrar narrativas que fogem do discurso hegemônico, seja de gênero, classe, raça, orientação sexual, etc, representam a estes jovens, que, de alguma forma, ocupam a margem da sociedade, senso de pertencimento e humanidade. No entanto, em relação ao reconhecimento da literatura de Cassandra Rios e dos processos histórico-políticos brasileiros de formação da identidade LGBT+, a estes jovens faltam referências, na medida em que o lugar no mundo ao qual estão construindo suas subjetividades passa por um arcabouço cultural e histórico-político muito mais fundamentado em referências internacionais do que nacionais. Nesse sentido, a maioria não conhecia Cassandra Rios ou seus livros, tampouco outros escritores e/ou ativistas LGBT+ e, aqueles que reconheciam a autora por nome, não tinham lido nenhuma de suas obras ou sequer sabiam com profundidade os processos de perseguição e censura sofridos por ela e sua produção, bem como os processos de resistência encontrados por movimentos LGBT+ brasileiros em oposição ao regime, como a organização em jornais independentes, como Chanacomchana ou Lampião da Esquina, ou ações diretas como a Revolta do Ferro's Bar. Assim, os jovens participantes se reconheciam na Revolta de Stonewall – todos os participantes conheciam a história –, ocorrida nos Estados Unidos e que originou a data internacional do orgulho LGBT+, comemorada em 28 de junho, mas não na Revolta do Ferro's Bar – desconhecida pela maioria dos participantes –, ocorrida em São Paulo e que originou a data do dia nacional do orgulho lésbicas, comemorado em 19 de agosto.

3. O PROCESSO PEDAGÓGICO E A MANUTENÇÃO DA ORDEM DO DISCURSO

Como mencionado no capítulo anterior, o grupo focal realizado a partir da leitura e discussão da obra "A serpente e a flor" de Cassandra Rios com os alunos do cursinho popular CAUM foi mediado a partir de três momentos fundamentais: apresentação da autora e da obra; discussão dos mecanismos de dominação, vigilância e disciplina empregados pelo regime militar; e discussão das formas de utilização da literatura enquanto ferramenta de organização e

resistência pelo movimento lésbico. Dando sequência à análise dos resultados obtidos e a justificativa da escolha da educação popular enquanto campo para realização da presente pesquisa, neste capítulo refletiremos, a partir das reflexões levantadas pelos próprios alunos durante as discussões acerca dos mecanismos de dominação, vigilância e disciplina empregados pelo regime militar e a utilização da literatura como forma de organização e resistência a tais mecanismos por movimentos LGBT+, as possíveis razões que levam tais alunos a construírem seu lugar de mundo e subjetividades a partir, principalmente, de referenciais culturais e histórico-políticas internacionais, além de refletir sobre a potencialidade da educação popular frente a tal processo de apagamento da história de movimentos sociais e das ferramentas de humanização dos sujeitos em sala de aula.

Para a realização de tais discussões com os alunos, tomamos por empréstimo a análise foucaultiana do discurso, justificando-se por sua relevância na análise dos mecanismos de dominação e vigilância empregados no exercício do poder e objetivados na disciplinarização dos corpos na sociedade capitalista, abordados sobretudo nas obras "Ordem do discurso" e "Vigiar e punir" de Michel Foucault, bem como sua recorrência enquanto conteúdo do Ensino Básico e em questões de vestibulares. Nesse sentido, para além da referência do autor no entendimento dos processos de repressão da ditadura militar, recorreu-se a um conteúdo recorrente nos estudos pré-vestibulares para a sua apropriação no entendimento da realidade, fomentando assim, a percepção da teoria foucaultiana estudada nas aulas de Sociologia como instrumento de análise e entendimento da realidade material que condicionou e ainda condiciona a vida LGBT+ brasileira. O que nos interessa aqui é a análise que Michel Foucault realiza sobre o discurso, defendendo como as relações de poder estão presentes na enunciação de mundo dos sujeitos e na maneira como o corpo social age em torno da fala e cria mecanismos de ordem, exclusão e segregação, na medida em que o falar não é permitido a todo grupo social e a narrativa é "ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída" (Foucault, 1996, p.8,9) com o propósito definido da disciplina, não sendo permitido a qualquer indivíduo o controle da narrativa e a delimitação pelo corpo social detentor do poder hegemônico, de quem está apto a discursar e sobre o que irá discursar. Dessa forma, a partir da teoria foucaultiana, conseguimos estabelecer uma rota possível para o entendimento dos motivos que levaram não apenas Rios a ser duramente perseguida e censurada pelo regime ditatorial e ter sua produção literária condenada a uma "caça às bruxas", como denominado por Jardim (2022), como também os motivos que fizeram e fazem

com que seu nome e obra continuem no escuro, fora, assim como diversas outras referências culturais e histórico-políticas LGBT+ brasileiras, do arcabouço referencial de mundo desses alunos.

Em primeiro lugar, fundado em 1998 sob o lema “pelo fim do vestibular”, O Cursinho Alternativo da Unesp de Marília (CAUM) surgiu da proposta de universitários da unidade egressos da rede pública de ensino em promover, para outros alunos do ensino público e da classe trabalhadora, sem condições de custear cursinhos preparatórios particulares para vestibulares e concursos públicos, uma possibilidade alternativa e popular para suprir o déficit educacional público e a barreira excludente do vestibular (CAUM, 2020). Dessa forma, assim como observado nos demais cursinhos alternativos presentes em outras unidades universitárias, o CAUM nasceu da perspectiva crítica em promover à classe trabalhadora o ingresso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, tendo consciência crítica da discrepância do ensino público em relação ao ensino particular e como isso é refletido no vestibular, a partir do

> histórico excludente e elitista da universidade pública brasileira, cujo acesso só é permitido à uma pequena parcela da população com melhores condições econômicas e melhores condições de preparação para o vestibular (CAUM, 2020, p.3)

Para tanto, em seu Estatuto (CAUM, 2020), o cursinho propõe como objetivo político a promoção de uma educação crítica alicerçada na formação de indivíduos capazes de “se tornarem sujeitos ativos na luta pela democratização do acesso às universidades públicas” (CAUM, 2020, p.3), indicando uma perspectiva política em relação às estruturas de ingresso à universidade que não se limita à sua concepção institucional, mas se ramifica à atuação pedagógica, na medida em que promove um ensino comprometido não apenas com a transmissão do conteúdo cobrado pelo vestibular, mas também com a formação política de seus alunos através da formação de indivíduos capazes de analisar histórico-criticamente a realidade material ao qual estão inseridos e se tornarem sujeitos politicamente ativos em sua transformação. Tal concepção educacional dialoga diretamente com a concepção de educação pensada por Dermeval Saviani por meio da formulação da Pedagogia Histórico-Crítica, fundamentada na compreensão do trabalho educativo enquanto “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2011, p.13). Nesse sentido, Saviani retoma a definição de humanidade enquanto um processo dialético,

> Isso porque o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que

> tomar como referência, como maría-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (Saviani, 2011, p.7)

Dessa forma, a relação entre o objetivo político do CAUM e a concepção dialética do trabalho educativo presente na Pedagogia Histórico-Crítica constroem um campo fundamental para questionamento dos referenciais culturais e histórico-político que constroem as perspectivas de mundo e subjetividades desses jovens e para a compreensão do papel da educação popular no resgate das possibilidades da literatura enquanto ferramenta pedagógica de humanização dos sujeitos frente ao modelo neoliberal de educação, na medida em que fundamentam a atuação pedagógica a partir da formação de indivíduos críticos capazes de reconhecer processos sociais, como o vestibular, enquanto excludentes e elitistas e, a partir disso, serem capazes de atuar ativamente na luta pela reformulação de tais processos e estruturas. Nesse sentido, o CAUM – a partir de sua atuação político pedagógica que extrapola os limites do conteúdo disciplinar cobrado pelo vestibular e se fundamenta na formação de sujeitos críticos na análise da realidade material e capazes de atuarem ativamente sobre ela, indo de encontro ao modelo educacional defendido pela educação básica brasileira, sobretudo a partir da Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017 (Lei n° 13.415/2017) e implementada a partir de 2022 (Barbosa e Alves, 2023), que, através de

> alterações significativas para a última etapa da Educação Básica, em especial no que se refere ao currículo e ao financiamento, com implicações diretas na organização do trabalho pedagógico, no trabalho docente e na formação das juventudes (Barbosa e Alves, 2023, p.2)

aprofunda o esvaziamento crítico dos componentes curriculares e das possibilidades da educação no enfrentamento dos discursos hegemônicos para apropriação do mundo pelos sujeitos e sua humanização, efeito já antes sentido na Educação Básica, sobretudo na educação pública, como mencionado pelo seu documento estatuinte – se aproxima, enquanto educação popular voltada para indivíduos situados de alguma maneira na margem da sociedade, um sujeito ao qual o discurso também está passível dos mecanismos hegemônicos de ordem, exclusão e segregação indicados por Foucault. Dessa forma, a partir de tal aproximação, além da proposta política da educação popular na formação de indivíduos críticos, entendemos o cursinho popular enquanto terreno fértil para a reflexão inicial da presente pesquisa por justamente através de condicionantes sociais, seja de classe, raça ou gênero, mas sobretudo educacional, criar uma ponte de identificação e abertura à tais temáticas na formação educativa desses jovens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o destino de Cassandra na mitologia grega é trágico, o destino não só da produção literária de Cassandra Rios, como da sua história e dos processos de formação da identidade LGBT+ brasileira também o são e de forma semelhante, na medida em que os movimentos de repressão e censura utilizados pela Ditadura civil militar brasileira de 1964 ainda se fazem tão significativos e presentes que os esforços para seu resgate ainda esbarram em um moralismo que segue vigente. Dessa forma, o fim dos processos históricos ditatoriais e a abertura política democrática brasileira em 1984 não condiz com o fim da censura e apagamento histórico das obras literárias de Cassandra Rios pelos censores da ditadura militar, de tal forma que tanto sua literatura quanto os processos histórico-políticos brasileiros intrínsecos à realidade material do país na formação da identidade LGBT+ não são sistematicamente resgatados da mesma forma que censurados, culminando em percepções de mundo e construções de subjetividades muito mais alicerçada em referenciais culturais e histórico-políticos internacionais que nacionais, como evidenciado no grupo focal realizado com os alunos do Cursinho Alternativo da Unesp de Marília.

Nesse sentido, ao tomarmos por empréstimo a concepção do trabalho educacional em Saviani (2011) enquanto a produção da humanidade e humanidade enquanto um processo dialético produzido por meio da educação, entendemos o papel essencial do processo pedagógico enquanto política de resgate de tais referências culturais e histórico-políticas, uma vez que perpetuar seu esquecimento é parte fundamental para a efetivação dos processos de repressão à humanidade de comunidades LGBT+ brasileiras conduzidos pelo regime militar de 1964. No entanto, a análise do modelo político educacional neoliberal, marcado, sobretudo a partir da Reforma do Ensino Médio (Lei n° 13.415/2017), pelo esvaziamento crítico dos componentes curriculares, revela a educação popular, por seu caráter político pedagógico essencialmente contrário a tal postura e compromissado com a formação crítica fundamentada na apropriação e transformação do mundo pelos sujeitos, enquanto potência no enfrentamento dos discursos hegemônicos de apagamento da história de movimentos sociais. Para tanto, também evidencia-se a literatura enquanto uma das principais ferramentas de humanização dos sujeitos em sala de aula, na medida em que os capacita, a partir da linguagem, no processo de apropriação do mundo e sua transformação por meio da denúncia e manifestação.

Evidencia-se, através da presente pesquisa, portanto, que os processos de censura e desumanização da ditadura militar de 1964 ainda se fazem presentes no processo formativo da juventude através do modelo educativo neoliberal, que retira do estudante sua capacidade crítica de apropriação da realidade material ao qual está situado e a construção de referenciais histórico-políticos intrínsecos ao processo formador da identidade LGBT+ preocupando-se apenas na transmissão do conteúdo e não no caráter político da educação enquanto processo de humanização, como percebido através do grupo focal realizado com os alunos do cursinho popular, bem como a literatura desempenha um papel fundamental no processo de humanização desses sujeitos, na medida em que permite, conforme percebido em suas reflexões, estabelecer diálogos e processos de autoconhecimento e autopercepção enquanto seres no mundo. Outrossim, a educação popular concretiza-se enquanto espaço de subversão à ótica de dominação e repressão dos sujeitos conduzida pelo regime militar no momento em que se posiciona contrária ao modelo educacional neoliberal e espaço fértil para humanização dos sujeitos ao se fundamentar na formação crítica e revolucionária.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. **A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.21, p.1-26, 2023

BRASIL, **Decreto-Lei n° 1077, de 26 de Janeiro de 1970**. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8°, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em jul. 2026

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em jul. 2026

CAUM. **Estatuto do Cursinho Alternativo da Unesp Marília (CAUM)**. Marília, 2020

DERMEVAL, Saviani. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 27ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1987

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996

HOLANDA, Ismênia de Oliveira. **"Cassandra Rios ainda resiste": vida literária, censura, memória e luta por reconhecimento**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

JARDIM, Nadege Ferreira Rodrigues. **Patriarcado fantasmagórico, heteronormatividade monstruosa: a presença do Gótico no romance A serpente e a flor, de Cassandra Rios**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Literatura, Florianópolis, 2022

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa (org.) **Dicionário da Crítica Feminista**. Porto: Afrontamento, 2005

MOIRA, Amara. **“Cassandra Rios construiu o direito de mulheres escreverem sobre sexualidade”, diz Amara Moira**. [Entrevista concedida a] Ana Rosa Carrara, Lucas Salum. Brasil de Fato, São Paulo, 2026.
Disponível em:
https://www.brasildefato.com.br/podcast/bem-viver/2026/04/23/cassandra-rios-construiu-o-direito-de-mulheres-escreverem-sobre-sexualidade-diz-amara-moira/. Acesso em: jul.2026

RIOS, Cassandra. **A serpente e a flor. Rio de Janeiro**: Editora Record, 1972

RIBEIRO, Hamilton. **Qual o pecado de Odete?** Revista Realidade: SP. Ano IV, n.48, 1970, p. 114-120. Biblioteca Nacional-Hemeroteca Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213659&id=4439405792767&pagfis=27272. Acesso em jul. 2026

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000